

Companhia Brasileira de Distribuição

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e Relatório do
Auditor Independente*

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”/ “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Assaí” e shoppings de vizinhança “Conviva”. As atividades varejistas relacionadas aos segmentos de eletroeletrônicos e e-commerce estão apresentadas como operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32), e representam as lojas sob as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de “e-commerce” “Casasbahia.com”, “Extra.com”, “Pontofrio.com”, “Barateiro.com”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código “CBD”.

A Companhia é controlada indiretamente pelo Almacenes Éxito S.A., através da Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”), tendo como controlador final o Casino Guichard Perrachon (“Casino”), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

1.1 Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península (“Península” e o “Procedimento”).

O Procedimento visa discutir o cálculo do valor locatício, assim como outras questões operacionais relacionadas às lojas de propriedade da Península, objeto de contratos de locação e acordos celebrados em 2005 (os “Contratos”). Os Contratos asseguram à CBD o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos, a critério exclusivo da CBD, e regulam os valores de locação.

O Procedimento trata também de questões derivadas da aplicação dos Contratos, e não afeta a continuidade das locações, contratualmente asseguradas. Os valores sobre os quais a Companhia está exposta não podem ser determinados com razoável segurança com base no estágio atual do processo arbitral. A Administração da Companhia determinou que as possibilidades de perda são possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos externos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019.

Como resultado do processo em curso para venda da subsidiária Via Varejo S.A (vide nota explicativa 32), e em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado e da demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram divulgadas considerando os efeitos de tal transação.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuidades em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5. O fluxo de caixa resumido das operações descontinuidades está apresentado na nota explicativa nº 32.1.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Controladas				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	100,00	-	100,00	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	100,00	-
Bellamar Empreend. e Participações Ltda. ("Bellamar")	100,00	-	100,00	-
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	100,00	-
CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	100,00	-	100,00	-
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	100,00	-	100,00	-
GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	100,00	-	100,00	-
SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("Compre Bem")	100,00	-	100,00	-
Bitz Fidelidade e Inteligência S.A. ("Bitz")	100,00	-	100,00	-
Leji Intermediação S.A. ("James Delivery") (***)	100,00	-	-	-
Via Varejo S.A. ("Via Varejo") (*)	43,23	-	43,31	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (*)	-	43,23	-	43,31
VVLOG Logística Ltda. (PontoCred Negócio de Varejo Ltda.) ("VVLOG Logística") (*)	-	43,23	-	43,31
Globex Adm. e Serviços Ltda. ("Globex Adm") (*)	-	43,23	-	43,31
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. ("Lake Niassa") (*)	-	43,23	-	43,31
Globex Adm. Consórcio Ltda. ("Globex Adm. Consórcio") (*)	-	43,23	-	43,31
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (*)	-	43,23	-	43,31
Via Varejo Luxembourg Holding S.à.r.l. ("VVLuxco") (**)	-	-	-	43,31
Via Varejo Netherlands Holding B.V. ("VVDutchco") (**)	-	-	-	43,31
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A. ("E – Hub") (**)	-	-	-	43,31
Nova Experiência PontoCom S.A. ("Nova Experiência") (**)	-	-	-	43,31
Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")	100,00	-	100,00	-
Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")	-	100,00	-	100,00
Associadas				
Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	-	33,98	-	34,05
Cdiscount Group S.A.S. ("CDiscount") (**)	-	-	-	34,05
Cnova Finança B.V. ("Cnova Finança") (**)	-	-	-	34,05
Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique")	-	33,98	-	34,05
Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte")	-	33,98	-	34,05
Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal")	-	33,98	-	34,05
Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun")	-	33,98	-	34,05
CLatam AS Uruguay ("CLatam")	-	23,79	-	23,84
Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama")	-	23,79	-	23,84
Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay")	-	23,79	-	23,84
Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora")	-	23,78	-	23,83
Cnova Pay	-	33,98	-	34,05
BeezUP SAS ("BezzUp")	-	33,98	-	20,43
CARYA (****)	-	33,87	-	-
HALTAE (****)	-	33,87	-	-
C-Logistics (****)	-	33,87	-	-

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas – continuação

<u>Sociedades</u>	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
<u>Associadas - continuação</u>				
NEOSYS (****)	-	33,87	-	-
Neotech Solutions (****)	-	33,87	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,92	-	41,93
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,62	-	21,65
FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	-	41,92	-	41,93

(*) Empresas cujos saldos estão classificados como "mantido para venda e operações descontinuadas" (vide nota explicativa nº32)

(**) Empresas incorporadas ou encerradas em 2018

(***) Empresa adquirida em 2018 (vide nota explicativa nº13.2)

(****) Empresa adquirida em 2018 por Cnova N.V.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual devido pelo GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3.2 Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

3.3 Associadas

Os investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) BINV (operação descontinuada) e FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC	
	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado	
Ativo circulante	5.952	4.729
Ativo não circulante	59	69
Ativo total	6.011	4.798
Passivo circulante	5.279	4.194
Passivo não circulante	10	11
Patrimônio líquido	722	593
Total passivo e patrimônio líquido	6.011	4.798
Demonstração do resultado:		
	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado	
Receitas	969	988
Resultados operacionais	398	240
Lucro líquido do exercício	218	139

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

	Cnova N.V.	
	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado	
Ativo circulante	3.121	2.765
Ativo não circulante	1.270	796
Ativo total	4.391	3.561
Passivo circulante	5.057	3.957
Passivo não circulante	115	174
Patrimônio líquido	(781)	(570)
Total passivo e patrimônio líquido	4.391	3.561
Demonstração do resultado:		
	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado	
Receitas	9.370	7.337
Resultados operacionais	(78)	(111)
Prejuízo do exercício	(133)	(406)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

4.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

(i) *Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA")– ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(i) *Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros - Continuação*

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) *Perda no valor recuperável de Ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(ii) *Perda no valor recuperável de Ativos financeiros - Continuação*

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, CDCI, alugueis a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente pratico por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(ii) *Perda no valor recuperável de Ativos financeiros* - Continuação

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas com vendas'.

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - Continuação

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa nº18 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

4.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.3 Instrumentos financeiros derivativos – Continuação

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

4.5 Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito para as operações continuadas e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras, principalmente a carteira de clientes das operações descontinuadas.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.5 Contas a receber – Continuação

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

4.6 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

4.7 Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de bonificações.

4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis - Continuação

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Continuação

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

4.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual
Edifícios	2,50%
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4,11%
Software	10,28%
Instalações	8,29%
Móveis e utensílios	10,86%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	9,56%
Outros	20,72%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2018 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.11 Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

4.12 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa.

4.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos) de acordo com a taxa de amortização descrita no quadro da nota explicativa nº4.10, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.14 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

4.15 Ativos circulantes mantidos para venda

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Após completada a venda, a Companhia considera qualquer participação remanescente na associada, ou entidade sobre controle conjunto, de acordo com o IAS 39, a menos que a parcela retida pela Companhia faça com que a empresa continue a ser uma associada, ou entidade sob controle conjunto, que neste caso a Companhia utiliza a equivalência patrimonial.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.16 Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia e suas subsidiárias substancialmente os riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia e suas subsidiárias obterão a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

4.18 Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

4.19 Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

4.20 Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

No caso de aquisição de ações da própria Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou recolocadas no mercado. Quando essas ações são posteriormente realocadas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

4.21 Pagamento com base em ações

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.21 Pagamento com base em ações - Continuação

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº29).

4.22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.23 Apuração do lucro líquido

(i) *Receita*

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia e suas subsidiárias, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto, na demonstração do resultado do exercício. Esta prática está substancialmente relacionada as atividades descontinuadas.

d) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.23 Apuração do lucro líquido – Continuação

(ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das bonificações recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

(vi) *Despesas e receitas financeiras*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.24 Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todas as diferenças temporárias dedutíveis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para aplicação no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor no encerramento dos exercícios.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.24 Tributos - Continuação

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

4.25 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.26 Contabilização de participações societárias a custo, decorrentes de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócios nos termos do CPC 15(R1)/ IFRS 3.

4.27 Conversão de subsidiárias e associadas localizadas em outros países

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado do exercício quando da baixa do investimento.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.28 Programas de fidelidade do cliente

É utilizado pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços através de seus programas de fidelidade.

Mensalmente é apresentado no Aplicativo e no Site, para cada Cliente, desafios de compras representados em uma barra de progressão e uma seleção de prêmios daquele mês. Os desafios são definidos individualmente, considerando o histórico de compras do Cliente e a seleção de prêmios pode variar de um cliente para outro. A cada desafio atingido, o Cliente ganhará estrelas, e com as estrelas poderá escolher entre os prêmios da seleção do mês para resgatá-los no mesmo mês do desafio ou no mês seguinte.

O cliente pode resgatar os prêmios sem custo, na forma de produtos, vale compras ou voucher de parceiros.

A Companhia estima o valor justo dos créditos concedidos, segundo o plano de fidelidade “Programa Mais” e “Clube Extra”, de acordo com o custo médio dos prêmios versus média de utilização das estrelas, considerando o prazo de dois meses de vencimento dos créditos.

A Companhia reconhece o crédito inicialmente concedido e a reversão destes na rubrica de receita de venda de bens e serviços.

4.29 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2018, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	Reclassificações de ativos financeiros com efeito no Patrimônio Líquido e aumento das perdas por redução ao valor recuperável. Vide nota explicativa nº 5.1.4
IFRS 15/ CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduz também novas divulgações.	Reclassificação entre linhas do resultado de bonificações recebidas de fornecedores. Vide nota explicativa nº 5.1.4
IFRS 2/ CPC 10 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações	IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações.	Reclassificação dos impostos retidos para patrimônio líquido. Vide nota explicativa nº 5.1.4
Melhorias ao IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture	Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida em que a transação for com um terceiro não relacionado.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.

5.1.1 CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15, com efeito de adoção inicial da norma com efeitos retrospectivos (ou seja, 1º de janeiro de 2017).

O efeito da adoção do CPC 47 / IFRS 15 se refere a classificação de bonificações recebidas de fornecedores como redutores do custo de venda, ao invés de redutores das despesas administrativas e de vendas (vide nota explicativa nº5.1.4).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.2 CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Instrumentos de dívida ao VJORA: Em 31 de dezembro de 2017 o montante nas operações continuadas era de R\$11 na controladora e R\$ 12 no consolidado, na operação descontinuada, R\$ 64.

ii) Perda no valor recuperável de Ativos financeiros

Impacto do novo modelo de perdas por redução ao valor recuperável - A Companhia determinou que a aplicação dos requerimentos de perdas por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional de R\$6 nas atividades continuadas em 31 de dezembro de 2017.

A Provisão adicional nas atividades descontinuadas está composta como segue:

	Operações descontinuadas	
	31.12.2017	01.01.2017
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito	24	1
Financiamento ao consumidor CDCI	131	139
Contas a receber com transportadoras	9	9
Contas a receber b2b	11	8
Total	175	157

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.2 CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - Continuação

Transição - As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

- As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.
- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
- As determinações das variáveis relacionadas as estimativas de perda dos valores recuperáveis.
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação a VJORA.
- Todas as relações de hedge designadas no CPC 38 / IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 atendiam aos critérios para contabilidade de hedge nos termos do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, consideradas como relações de hedge contínuas.

5.1.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos – nº.12/2017

A Companhia aplicou a mudança prevista no IFRS 2 / CPC 10 – “Pagamento baseado em ações” para contabilizar a retenção dos recursos de ações para o pagamento à autoridade fiscal da obrigação fiscal do empregado associada ao pagamento baseado em ações. Por conseguinte, o pagamento efetuado foi contabilizado como dedução do capital próprio para as ações retidas, exceto na medida em que o pagamento exceda o valor justo na data da liquidação pelo valor líquido dos instrumentos patrimoniais próprios retidos. Desta forma, o passivo relacionado aos passivos retidos no montante de R\$10 na controladora e R\$13 no consolidado nas operações continuadas e R\$8 nas operações descontinuadas foi reclassificado para o patrimônio líquido na data inicial de aplicação em 1º de janeiro de 2018.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.4 Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos

O efeito da adoção retrospectiva do CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2017, com impactos nas demonstrações do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2017, balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017, e demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017, estão apresentadas a seguir:

Balanço Patrimonial

	Controladora		
	01.01.2017		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*) Reapresentado
Contas a Receber	396	(6)	-
Outras contas a receber	111	(7)	-
Ativos mantidos para venda	1.901	(63)	(1)
Total do ativo circulante	10.702	(76)	(1)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	155	3	-
Investimentos em controladas e associadas	3.036	(2)	(5)
Total do ativo não circulante	12.958	1	(5)
Total do ativo	23.660	(75)	(6)
Provisão para perda de investimento em associadas	22	-	14
Total do passivo não circulante	4.290	-	14
Patrimônio líquido	9.860	(75)	(20)
Total do patrimônio líquido	9.860	(75)	(20)
Total do passivo e patrimônio líquido	23.660	(75)	(6)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.4 Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos - Continuação

Balanco Patrimonial

	Consolidado		
	01.01.2017		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*) Reapresentado
Contas a Receber	543	(8)	-
Outras contas a receber	126	(7)	-
Ativos mantidos para venda	20.303	(148)	(2)
Total do ativo circulante	31.651	(163)	(2)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	170	4	-
Investimentos em controladas e associadas	316	-	(5)
Total do ativo não circulante	13.566	4	(5)
Total do ativo	45.217	(159)	(7)
Provisão para perda de investimento em associadas	22	-	14
Total do passivo não circulante	5.038	-	14
Patrimônio líquido	9.860	(75)	(20)
Participação de acionistas não controladores	2.737	(84)	(1)
Total do patrimônio líquido	12.597	(159)	(21)
Total do passivo e patrimônio líquido	45.217	(159)	(7)

Balanco Patrimonial

	Controladora		
	31.12.2017		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*) Reapresentado
Contas a Receber	440	(12)	-
Outras contas a receber	256	(3)	-
Ativos mantidos para venda	2.090	(77)	(4)
Total do ativo circulante	9.175	(92)	(4)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	108	4	-
Investimentos em controladas e associadas	3.368	(2)	(21)
Total do ativo não circulante	13.803	2	(21)
Total do ativo	22.978	(90)	(25)
Provisão para perda de investimento em associadas	165	-	30
Total do passivo não circulante	4.483	-	30
Patrimônio líquido	10.333	(90)	(55)
Total do patrimônio líquido	10.333	(90)	(55)
Total do passivo e patrimônio líquido	22.978	(90)	(25)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.4 Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos - Continuação

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	Controladora				
	31.12.2017				
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS15	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	Reapre- sentado
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(18.290)	274	-	-	(18.016)
Lucro bruto	7.700	274	-	-	7.974
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	(5.124)	(214)	2	-	(5.336)
Gerais e administrativas	(732)	(60)	-	-	(792)
Resultado de equivalência patrimonial	633	-	(9)	(32)	592
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	708	-	(7)	(32)	669
Imposto de renda e contribuição social	(57)	-	-	-	(57)
Resultado líquido das operações continuadas	651	-	(7)	(32)	612
Resultado líquido de operações descontinuadas	(32)	-	-	-	(32)
Lucro líquido do exercício	619	-	(7)	(32)	580
Atribuível:					
Acionistas controladores da Companhia - Operações Continuadas	651	-	(7)	(32)	612
Acionistas controladores da Companhia - Operações Descontinuadas	(32)	-	-	-	(32)
Total acionistas controladores da Companhia	619	-	(7)	(32)	580

Balço Patrimonial

Balança Patrimonial	Consolidado			
	31.12.2017			
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	Reapresentado
Contas a Receber	632	(14)	-	618
Outras contas a receber	271	(4)	-	267
Ativos mantidos para venda	22.961	(178)	(8)	22.775
Total do ativo circulante	33.220	(196)	(8)	33.016
Impostos de renda e contribuição social diferidos	121	4	-	125
Investimentos em controladas e associadas	177	-	(21)	156
Total do ativo não circulante	14.708	4	(21)	14.691
Total do ativo	47.928	(192)	(29)	47.707
Provisão para perda de investimento em associadas	165	-	30	195
Total do passivo não circulante	5.644	-	30	5.674
Patrimônio líquido	10.333	(90)	(55)	10.188
Participação de acionistas não controladores	2.959	(101)	(5)	2.853
Total do patrimônio líquido	13.292	(191)	(60)	13.041
Total do passivo e patrimônio líquido	47.928	(191)	(30)	47.707

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.4. Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos - Continuação

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	Consolidado				
	31.12.2017				
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS15	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(33.931)	285	-	-	(33.646)
Lucro bruto	10.703	285	-	-	10.988
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	(6.804)	(225)	2	-	(7.027)
Gerais e administrativas	(972)	(60)	-	-	(1.032)
Resultado de equivalência patrimonial	(60)	-	-	(29)	(89)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	779	-	2	(29)	752
Imposto de renda e contribuição social	(297)	-	-	-	(297)
Resultado líquido das operações continuadas	482	-	2	(29)	455
Resultado líquido de operações descontinuadas	383	-	(21)	(6)	356
Lucro líquido do exercício	865	-	(19)	(35)	811
Atribuível:					
Acionistas controladores da Companhia - Operações Continuadas	482	-	2	(29)	455
Acionistas controladores da Companhia - Operações Descontinuadas	137	-	(9)	(3)	125
Total acionistas controladores da Companhia	619	-	(7)	(32)	580
Participação dos acionistas não controladores - Operações Descontinuadas	246	-	(12)	(3)	231
Total participação dos acionistas não controladores	246	-	(12)	(3)	231

Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			
	31.12.2017			
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	Reapresentado
Caixa Líquido Atividades Operacionais	975	-	-	975
Caixa Gerado nas Operações	732	-	-	732
Lucro (prejuízo) líquido do período	619	(7)	(32)	580
Imposto de renda diferido	47	-	-	47
Resultado de equivalência patrimonial	(633)	9	32	(592)
Provisão para baixas e perdas	-	1	-	1
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	2	(3)	-	(1)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.4. Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos - Continuação

Demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado			Reapresentado
	31.12.2017			
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	
Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.895	-	-	1.895
Caixa Gerado nas Operações	3.191	-	-	3.191
Lucro (prejuízo) líquido do período	865	(19)	(35)	811
Imposto de renda diferido	(38)	3	-	(35)
Resultado de equivalência patrimonial	34	-	35	69
Provisão para baixas e perdas	-	1	-	1
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	722	15	-	737

Demonstração do valor adicionado

	Controladora				
	31.12.2017				
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS15	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	Reapresen- tado
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas	(18.704)	274	-	-	(18.430)
Materiais, energias, serviços terceiros e outros	(3.235)	(274)	2	-	(3.507)
	(21.939)	-	2	-	(21.937)
Valor adicionado bruto	6.587	-	2	-	6.589
Valor adicionado líquido	5.937	-	2	-	5.939
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	633	-	-	(41)	592
Outros	(32)	-	-	-	(32)
	768	-	-	(41)	727
Valor adicionado total a distribuir	6.705	-	2	(41)	6.666
Remuneração de capitais próprios	619	-	2	(41)	580
Lucros retidos	460		2	(41)	421
Valor adicionado total distribuído	6.705	-	2	(41)	6.666

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente - Continuação

5.1.4. Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos - Continuação

Demonstração do valor adicionado

	Consolidado				
	31.12.2017				
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS15	Efeitos IFRS9	Efeitos equivalência (*)	Reapresen- tado
Custo das mercadorias vendidas	(35.492)	285	-	-	(35.207)
Materiais, energias, serviços terceiros e outros	(4.140)	(285)	2	-	(4.423)
	(39.632)	-	2	-	(39.630)
Valor adicionado bruto	9.180	-	2	-	9.182
Valor adicionado líquido produzido	8.347	-	2	-	8.349
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	(60)	-	-	(29)	(89)
Resultado de operações descontinuadas	383	-	(27)	-	356
	522	-	(27)	(29)	466
Valor adicionado total a distribuir	8.869	-	(25)	(29)	8.815
Remuneração capitais próprios	865	-	(23)	(31)	811
Lucros retidos	460	-	(8)	(31)	421
Participação não controladores nos lucros retidos	246	-	(15)	-	231
Valor adicionado total distribuído	8.869	-	(25)	(29)	8.815

(*) Efeitos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 nas associadas.

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019
IFRIC 23/ CPC 32 - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro	Clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - <i>Income Taxes</i> .	01/01/2019

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas - Continuação

5.2.1 IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06(R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06(R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019; exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e de um passivo financeiro relativo aos pagamentos de aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento. Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será impactado negativamente. Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de aluguel é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A Companhia detém principalmente arrendamentos de imóveis, representando uma despesa de aluguel mínimo não cancelável de R\$937 de um total de R\$982 para o final do ano de 2018. A adoção da norma CPC 06(R2) impactará principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas e Centros de Distribuição da Companhia, particularmente aqueles associados às suas operações de Varejo.

Em 2018, a Companhia continuou a coletar e analisar os dados necessários para a aplicação do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. A Companhia está implementando um software para garantir o monitoramento operacional e financeiro totalmente integrado desses arrendamentos. A implementação do software será finalizada no primeiro trimestre de 2019.

A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Como resultado, os períodos comparativos serão reapresentados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas – Continuação

5.2.1. IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil– Continuação

A Companhia optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos:

- Locações de bens de curto prazo,
- Arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor.

Alugueis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, alugueis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

A taxa de desconto utilizada para calcular o direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil será determinada com base em alguns dados históricos que sejam diretamente atribuíveis à Companhia e / ou diretamente observáveis do mercado, tais como:

- A taxa de endividamento histórica (Spread de risco da Companhia) na aquisição de ativos similares e o endividamento da Companhia.
- A curva futura livre de risco por prazo de vencimento

O impacto estimado no balanço patrimonial de abertura a partir de 1º de janeiro de 2019 levaria a:

- Um aumento de ativos (principalmente através do reconhecimento de um direito de uso) de R\$3,6 bilhões,
- O reconhecimento de um passivo financeiro de arrendamento de R\$4,8 bilhões,
- Um aumento no imposto diferido ativo de R\$0,3 bilhão,
- Uma diminuição no patrimônio líquido (líquido de impostos) de R\$0,8 bilhão.

O impacto estimado na reapresentação do resultado de 2018 levaria a:

- Uma reversão da despesa de arrendamentos de R\$1 bilhão
- Reconhecimento de despesa de amortização do direito de uso de R\$0,5 bilhão
- Reconhecimento de despesa de juros de R\$0,6 bilhão
- Diminuição do lucro líquido de R\$ 0,1 bilhão

A Companhia optou por uma apresentação do direito de uso e do passivo financeiro dos arrendamentos em linha separada no balanço patrimonial.

Dada a complexidade deste novo pronunciamento, certos temas ainda estão sendo discutidos no mercado. Assim, os valores acima apresentados podem sofrer alterações até a sua adoção inicial no 1º trimestre de 2019, pois as estimativas da Companhia podem ser impactadas caso certas premissas sejam alteradas em discussões na adoção pelo mercado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas – Continuação

5.2.1. IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil– Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou compromissos relativos aos pagamentos mínimos não canceláveis de arrendamento de R\$411 de acordo com a CPC06 R1 (nota explicativa nº22), que correspondiam principalmente a imóveis, como lojas e Centros de Distribuição utilizados como locatário em suas atividades. A diferença entre o compromisso fora do balanço patrimonial e a estimativa da dívida de alugueis do IFRS 16 em imóveis deve-se principalmente a:

- alteração do critério de mínimo cancelável nos termos do CPC 06(R1), para razoavelmente certo nos termos do CPC 06(R2).
- cálculo do valor presente dos fluxos de alugueis no termo do CPC 06(R2) comparado com os fluxos nominais do CPC 06(R1).

Dada a falta de uma posição regulatória para os métodos de aplicação de testes de impairment, a Companhia não realizou um novo teste de impairment levando em consideração os efeitos do CPC 06 (R2).

5.2.2 IFRIC 23 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foi emitida em 2018 com o intuito de esclarecer a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. Não haverá impacto significativo com a adoção dessa norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

6.1 Redução ao valor recuperável - *impairment*

Conforme método divulgado na nota explicativa nº4.9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 4,1% (3,4% em 2017) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 10,1% (9,9% em 2017) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo, atacado de autosserviços, eletroeletrônico e comércio eletrônico, sendo que os dois últimos estão destinados a venda (nota explicativa nº 32).

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,1%, e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,5% para o varejo e para o atacado (5,5% em 31 de dezembro de 2017). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

6.1 Redução ao valor recuperável – *impairment* - Continuação

A marca de atacado de Autosserviços refere-se à “ASSAÍ”, e as marcas de eletroeletrônicos referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

Os ativos líquidos totais da Via Varejo consolidados, incluindo Cnova Brasil, foram avaliados conforme descrito na nota explicativa nº32.

6.2 Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº20 fornece outros detalhes sobre impostos.

6.3 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

6.4 Pagamentos com base em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e os modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa nº24.5.

6.5 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

6.6 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo, para calcular a perda estimada da carteira de financiamento ao consumidor CDCI utiliza a análise de crédito realizada no momento da venda, bem como as movimentações de vencimento subsequentes da carteira, a partir de 60 dias. A variação do desemprego também é observada nessa estimativa.

6.7 Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

6.8 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e contas bancárias – Brasil		345	251	406	396
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	80	68	80	68
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	2.510	2.549	3.883	3.328
		2.935	2.868	4.369	3.792

(*) Referem-se a recursos aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos.

(**) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, constituem, substancialmente, operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 85,78% (98,07% em 31 de dezembro de 2017) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Administradoras de cartões de crédito (nota explicativa nº8.1)	19	134	38	234
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota explicativa nº 12.2)	37	162	58	170
<i>Tickets</i> de vendas e duplicatas a receber	68	84	128	147
Cartão de crédito próprio	52	74	53	74
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº12.2)	39	11	15	-
Contas a receber de fornecedores	64	46	101	79
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8.2)	(1)	(3)	(5)	(6)
	278	508	388	698
Circulante	274	428	384	618
Não circulante	4	80	4	80

8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber - Continuação

8.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
No início do período	(2)	(1)	(4)	(2)
Ajuste relacionado ao IFRS 9	(1)	(1)	(2)	(2)
saldo inicial reapresentado	(3)	(2)	(6)	(4)
Perdas/reversão registrada no exercício	-	(2)	(630)	(740)
Baixas de contas a receber	2	1	771	621
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 32)	-	-	(140)	117
No fim do exercício	(1)	(3)	(5)	(6)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2018	393	362	10	5	5	11
31.12.2017 - Reapresentado	704	673	15	5	2	9

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Contas a receber - Paes Mendonça (nota explicativa nº 9.1)	-	337	-	532
Contas a receber de seguradoras (i)	213	208	213	208
Contas a receber por venda de sociedades (nota explicativa nº 9.2)	82	81	82	81
Aluguéis a receber	40	47	44	48
Venda de imóveis	40	5	40	5
Outras	58	32	67	47
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(14)	(10)	(16)	(12)
	419	700	430	909
Circulante	291	253	302	267
Não circulante	128	447	128	642

(i) R\$174 refere-se ao valor a receber da seguradora por conta do sinistro no Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outras contas a receber - Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
No início do exercício	(10)	(6)	(12)	(7)
Perdas/reversão registrada no exercício	(4)	(4)	(4)	(9)
Baixas de contas a receber	-	-	13	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 32)	-	-	(13)	4
No fim do exercício	(14)	(10)	(16)	(12)

9.1 Contas a receber - Paes Mendonça

O contas a receber Paes Mendonça estava vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. O saldo foi compensado com o valor do prêmio que a Companhia aceitou pagar pela renovação em Setembro de 2018 do direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos, representando o reconhecimento de um intangível com vida útil definida (vide nota explicativa nº15). Foram repactuados juros anteriormente suspensos relacionados ao contrato anterior no montante de R\$101, reconhecidos como receita financeira.

9.2 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lojas	2.206	2.013	4.162	3.564
Centrais de distribuição	1.431	1.065	1.807	1.307
Estoques de imóveis (nota explicativa nº10.3)	-	-	5	24
Perdas com obsolescência e quebras (nota explicativa nº10.2)	(31)	(36)	(65)	(73)
	3.606	3.042	5.909	4.822

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoques - Continuação

10.1 Bonificações nos estoques e custos de armazenagem

A Companhia e suas subsidiárias apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores e os custos das centrais de distribuição, na medida em que o estoque que deu origem às bonificações ou aos custos de armazenagem se realiza. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de bonificações não realizadas, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$315 (R\$244 em 31 de dezembro de 2017).

10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
No início do exercício	(36)	(41)	(73)	(75)
Adições	(1)	(23)	(79)	(110)
Baixas/reversões	6	28	85	111
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 32)	-	-	2	1
No final do exercício	(31)	(36)	(65)	(73)

10.3 Estoques de imóveis

Refere-se às unidades imobiliárias contabilizadas pelo seu valor justo à época da aquisição, calculado com base na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, observado em transações comparáveis no mercado.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ICMS (nota explicativa nº11.1)	1.326	1.187	2.335	1.886
Provisão para não realização do ICMS	-	-	(28)	(369)
PIS e COFINS (nota explicativa nº11.2)	461	286	717	424
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	295	281	328	312
Imposto de renda e contribuição social	38	62	52	71
Outros	9	9	20	19
Total	2.129	1.825	3.424	2.343
Circulante	316	360	679	596
Não circulante	1.813	1.465	2.745	1.747

A Companhia registra créditos de ICMS, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecidos como redutor de “custo das mercadorias vendidas”.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recuperar - Continuação

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Em 2017, a Companhia revisitou sua posição quanto ao reconhecimento do ressarcimento de ICMS Substituição Tributária ("ICMS ST") relacionado a períodos anteriores, tendo em vista a apuração deste crédito sobre as vendas realizadas desde novembro de 2016, quando o STF decidiu, em sede de repercussão geral, cuja íntegra do acórdão foi publicada em abril de 2017, pelo direito a recuperação da diferença do imposto pago (ICMS ST) sobre a margem estabelecida na compra de produtos para revenda e aquela apurada na venda ao consumidor final. Por ocasião de nova portaria (CAT 42, emitida em maio/2018) no estado de São Paulo, houve novas perspectivas de realização do ICMS-ST no Estado o que resultou na reversão da provisão para não realização de R\$369 em 2018 pela subsidiária da Companhia.

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recuperar - Continuação

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS - Continuação

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, líquido da provisão de R\$ 28 conforme demonstrado na tabela abaixo.

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	208	347
De 1 a 2 anos	153	401
De 2 a 3 anos	136	408
De 3 a 4 anos	138	389
De 4 a 5 anos	125	193
Após 5 anos	566	569
	1.326	2.307

11.2 Crédito de PIS e COFINS

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados estes créditos.

12. Partes relacionadas

12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Salário base</u>		<u>Remuneração variável</u>		<u>Plano de opção de compra de ações</u>		<u>Total</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conselho de Administração (*)	12.256	5.797	-	-	-	-	12.256	5.797
Diretoria	42.695	31.408	15.083	26.813	29.267	24.405	87.045	82.626
Conselho Fiscal	228	456	-	-	-	-	228	456
	55.179	37.661	15.083	26.813	29.267	24.405	99.529	88.879

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	10	-	-	-	2	1	1	4	(64)	(48)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(3)
Éxito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Helicco (i)	-	-	-	-	-	-	3	-	(7)	-
<u>Controladas:</u>										
Novasoc Comercial	-	-	45	45	-	-	2	5	3	-
Sendas Distribuidora	23	4	94	83	11	7	-	-	87	-
SCB Distribuição e Comércio	-	-	96	-	-	-	-	-	-	-
Via Varejo (v)	6	7	16	4	11	4	105	202	(48)	(50)
VVLOG Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Cnova Brasil (v)	-	-	-	19	-	-	-	-	(1)	36
GPA M&P	-	-	3	6	-	-	13	-	(1)	-
GPA Logística	-	-	59	30	4	17	50	26	1	-
Bellamar	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
<u>Associadas:</u>										
FIC (iii)	37	162	26	18	21	21	-	-	152	74
<u>Outras Partes Relacionadas:</u>										
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (Greenyellow) (iv)	-	-	-	-	-	-	142	149	(39)	(58)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	76	173	341	206	49	50	316	387	80	(48)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

	Consolidado									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	15	-	-	-	2	1	1	4	(64)	(48)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(3)
Éxito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Helicco Participações (i)	-	-	-	-	-	-	3	-	(7)	-
<u>Coligadas:</u>										
FIC (iii)	58	170	33	24	31	22	-	-	152	84
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	-	141	149	(39)	(58)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	73	170	34	25	33	23	145	153	39	(26)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes. As principais operações são:

- (i) *Casino: Cost Sharing Agreement*: celebrado entre a Companhia, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris e Casino, Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 10 de agosto de 2014, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades que envolvem a transferência de *know-how* à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento.

Insurance: Contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e Casino para intermediação na negociação de renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia.

Agency Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas.

Cost Reimbursement Agreement: celebrado entre a Companhia e Casino, Guichard-Perrachon S.A. em 25 de julho de 2016 para regular o reembolso pela Companhia de despesas de colaboradores franceses (expatriados) da Companhia relativas a contribuições sociais francesas e outros benefícios englobados no programa de expatriação pagos por Casino na França.

Agency Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

- (ii) *Éxito e controladas: Agreement on Establishment of Business Relations*: celebrado entre a Companhia, Sendas, Éxito e suas controladas em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores de seus países de origem para estabelecimento de novas relações comerciais.

Celebração de contratos de licença de uso de marca e de direitos autorais envolvidos na produção, publicidade, promoção, comercialização e distribuição de produtos do segmento têxtil e acessórios destinados ao público feminino (marcas Bronzini e Arkitect) pela Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. (Didetexto), controlada por Éxito, à Companhia.

- (iii) *FIC*: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

- (iv) *Greenyellow*: celebração de contratos com a Companhia para regular os termos da instalação de equipamentos e a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia para redução de energia. Celebração de contratos com a Sendas para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistema fotovoltaico pela Greenyellow em lojas da Sendas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

Operações com partes relacionadas relativas a “mantidos à venda e operações descontinuadas”:

- (v) *Via Varejo e controladas*: Acordo de Associação - celebrado entre a Companhia, família Klein (acionistas minoritários da Via Varejo), Via Varejo e Casas Bahia, em 4 de dezembro de 2009, conforme aditado para estabelecer (i) a integração dos negócios dos setores de varejo de bens duráveis e comércio eletrônico das partes (“Operação”) e (ii) que a Companhia indenizará Via Varejo em decorrência de contingências com fato gerador anterior a 30 de junho de 2010. Em 4 de julho de 2017, a mesmas partes celebraram o Termo de Acordo, tendo por objeto obrigações relacionadas ao Acordo de Associação, incluindo a apuração de responsabilidades por perdas e danos incorridos até 8 de novembro de 2016 (6º aniversário da data de fechamento da operação) e o ajuste da garantia prestada pela Companhia nos contratos de locação celebrados entre a Companhia e a família Klein. Em 24 de outubro de 2018, a CBD celebrou um Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios estabelecidos e possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de Parte a Parte nas reuniões periódicas. Como resultado da aplicação destes novos critérios, a subsidiária Via Varejo reconheceu uma despesa de R\$82.

Acordo Operacional celebrado entre a Companhia e a Via Varejo em 8 de agosto de 2016 para estabelecer integração entre os negócios de comércio eletrônico e de lojas físicas da marca “Extra”. A Companhia deve pagar à Via Varejo taxas de remuneração fixas pela compra conjunta de itens comuns junto a fornecedores e a Via Varejo deve pagar à Companhia taxas de remuneração fixas para retirada de produtos nas lojas físicas da Companhia de produtos adquiridos por consumidores nos sites das marcas “Extra”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.

Instrumentos de prestação de garantia que estabelecem a cobrança de remuneração pela Companhia pela outorga de garantia corporativa para garantir as obrigações da (i) Via Varejo e Cnova Brasil em contratos financeiros, contratos comerciais e de locação (sendo garantias limitadas a R\$ 800 milhões à Via Varejo); e (ii) Via Varejo e suas controladas em (a) contratos de contragarantia com seguradoras para emitir apólices de seguro-garantia e (b) instrumentos de prestação de garantia com instituições financeiras para emitir cartas de fiança (sendo garantias limitadas a R\$ 1,2 bilhão).

Contrato de credenciamento dos estabelecimentos de Via Varejo e Cnova Brasil para utilização dos cartões multibenefícios da Companhia pelos usuários dos cartões e Termo de Adesão ao Contrato de Fornecimento e Aquisição de Cartões Multibenefícios celebrado pela Companhia à Via Varejo em 14 de agosto de 2017, conforme aditado, que estabelece de cartões multibenefícios para fornecimento de cartões multibenefícios aos beneficiários indicados por Via Varejo e controladas para aquisição de produtos em lojas do grupo.

Locação e sublocação de imóveis entre a Companhia ou Sendas e Via Varejo ou Cnova para instalação de lojas, escritórios administrativos ou compartilhamento de centros de distribuição.

Reembolso de despesas pela Cnova à Companhia de custos e despesas relacionadas a demandas judiciais e administrativas propostas contra a Cnova pagas pela Companhia.

Instrumento Particular de Convênio de Rateio de Despesas celebrado entre a Companhia, Via Varejo, Cnova e Sendas em 15 de dezembro de 2016, conforme aditado, para estabelecer critério de rateio pela utilização da central de serviços compartilhados.

Em 2018, Via Varejo possui saldo a pagar relacionado à compra do direito de operação de certos seguros com FIC de R\$2; a receber de Casa Bahia Comercial de R\$48, relacionados, principalmente, a ativo indenizatório e; R\$6 a pagar a *Greenyellow* do contrato de eficiência energética. No resultado de Via Varejo, o saldo de despesas com FIC é de R\$(8), despesa com Casa Bahia Comercial de R\$311 e despesa de R\$2 com a *Greenyellow*. Esses saldos estão considerados na linha de “ativos mantidos à venda e operações descontinuadas”.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas

13.1 Composição dos investimentos

	Controladora						Total (*)
	Sendas	Novasoc	Via Varejo	Bellamar	SCB	Outros	
Saldos em 31.12.2017	3.122	5	-	176	-	(100)	3.203
Ajuste relacionado ao IFRS 9	(2)	-	-	(21)	-	(30)	(53)
Saldos em 31.12.2017 reapresentados	3.120	5	-	155	-	(130)	3.150
Equivalência patrimonial	1.099	(4)	(9)	78	(30)	(71)	1.063
Dividendos e juros s/ capital próprio	(115)	-	-	(19)	-	-	(134)
Remuneração com base em ações	8	-	5	-	-	1	14
Aumento de capital	-	-	-	-	22	-	22
Aumento de capital com imobilizado (vide nota explicativa nº 14)	98	-	-	-	83	-	181
Outras movimentações (**)	-	-	(21)	(7)	-	(24)	(52)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	-	-	25	-	-	-	25
Saldos em 31.12.2018	4.210	1	-	207	75	(224)	4.269

	Controladora					Total (*)
	Sendas	Novasoc	Via Varejo	Bellamar	Outros	
Saldos em 31.12.2016	2.330	168	-	443	73	3.014
Ajuste relacionado ao IFRS 9	(2)	-	-	(5)	(14)	(21)
Saldos em 31.12.2016 reapresentados	2.328	168	-	438	59	2.993
Equivalência patrimonial	512	4	176	40	(140)	592
Dividendos e juros s/ capital próprio	(81)	(167)	(22)	(323)	(40)	(633)
Remuneração com base em ações	4	-	3	-	1	8
Aumento de capital	68	-	-	-	19	87
Aumento de capital com imobilizado (vide nota explicativa nº 14)	289	-	-	-	-	289
Redução de capital	-	-	-	-	(6)	(6)
Outras movimentações (**)	-	-	(5)	-	(23)	(28)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	-	-	(152)	-	-	(152)
Saldos em 31.12.2017	3.120	5	-	155	(130)	3.150

(*) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Luxco, no montante de R\$267 em 31 de dezembro de 2018 (R\$195 em 31 de dezembro de 2017).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

13.1 Composição dos investimentos – Continuação

	Consolidado			Total
	FIC	BINV	Outros (*)	
Saldos em 31.12.2016	315	-	(21)	294
Ajuste relacionado ao IFRS 9	(5)	-	(14)	(19)
Saldos em 31.12.2016 reapresentado	310	-	(35)	275
Equivalência patrimonial – continuada	49	-	(138)	(89)
Equivalência patrimonial – descontinuada	19	1	-	20
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação continuada	(204)	-	-	(204)
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação descontinuada	(81)	-	-	(81)
Outras movimentações (**)	-	-	(21)	(21)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	62	(1)	-	61
Saldos em 31.12.2017 reapresentado	155	-	(194)	(39)
Equivalência patrimonial – continuada	79	-	(46)	33
Equivalência patrimonial – descontinuada	32	8	-	40
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação continuada	(25)	-	-	(25)
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação descontinuada	(12)	-	-	(12)
Outras movimentações (**)	(7)	-	(27)	(34)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	(19)	(8)	-	(27)
Saldos em 31.12.2018	203	-	(267)	(64)

(**) Refere-se substancialmente ao efeito de variação cambial de Cnova N.V.

13.2 Combinação de negócios

13.2.1 Cheftime e James Delivery

A Companhia completou no ano a aquisição do controle de duas entidades, sendo James Delivery que é uma empresa de entregas e Cheftime que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos de tais empresas (representando cerca de R\$1) e as considerações pela aquisição foram mensurados de maneira preliminar e serão completados durante 2019.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

	Controladora										
	Saldo em: 31.12.2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2017	Adições	Depre- ciação	Baixas	Transfe- rências (*)	Saldo em: 31.12.2018
Terrenos	1.261	-	-	(30)	(137)	1.094	-	-	(56)	(47)	991
Edifícios	1.611	5	(50)	(205)	(28)	1.333	5	(44)	(70)	(45)	1.179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.226	23	(187)	(127)	207	2.142	7	(196)	(54)	134	2.033
Máquinas e equipamentos	1.047	29	(177)	(67)	72	904	18	(165)	(56)	160	861
Instalações	319	46	(36)	(13)	(10)	306	13	(38)	(5)	(1)	275
Móveis e utensílios	396	2	(59)	(11)	37	365	8	(58)	(18)	60	357
Veículos	3	-	(1)	-	-	2	-	(1)	-	-	1
Imobilizado em andamento	113	405	-	(3)	(436)	79	458	-	-	(422)	115
Outros	45	25	(15)	(2)	(14)	39	27	(13)	-	(22)	31
Total	7.021	535	(525)	(458)	(309)	6.264	536	(515)	(259)	(183)	5.843
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>											
Equipamentos de informática	5	-	-	-	-	5	-	(1)	-	-	4
Edifícios	17	-	-	-	-	17	-	-	-	-	17
	22	-	-	-	-	22	-	(1)	-	-	21
Total	7.043	535	(525)	(458)	(309)	6.286	536	(516)	(259)	(183)	5.864

(*) Referente aos ativos transferidos às subsidiárias Sendas Distribuidora e SCB como aumento de capital relacionado ao projeto de conversão de bandeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado - Continuação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	991	-	991	1.094	-	1.094
Edifícios	1.898	(719)	1.179	2.190	(857)	1.333
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.666	(1.633)	2.033	3.659	(1.517)	2.142
Máquinas e equipamentos	2.247	(1.386)	861	2.273	(1.369)	904
Instalações	583	(308)	275	596	(290)	306
Móveis e utensílios	945	(588)	357	962	(597)	365
Veículos	8	(7)	1	8	(6)	2
Imobilizado em andamento	115	-	115	79	-	79
Outros	128	(97)	31	127	(88)	39
	10.581	(4.738)	5.843	10.988	(4.724)	6.264
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	40	(36)	4	37	(32)	5
Edifícios	38	(21)	17	40	(23)	17
	78	(57)	21	77	(55)	22
Total	10.659	(4.795)	5.864	11.065	(4.779)	6.286

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado – Continuação

	Consolidado												
	Saldo em: 31.12.2016	Adições	Depre- ciação	Baixas (**)	Trans- ferência (***)	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo em: 31.12.2017	Adições	Depre- ciação	Baixas	Trans- ferência	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo em: 31.12.2018
Terrenos	1.414	-	-	(31)	(21)	-	1.362	46	-	(56)	13	1	1.366
Edifícios	1.856	113	(59)	(225)	85	-	1.770	175	(57)	(71)	(46)	2	1.773
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.284	295	(254)	(156)	342	(19)	3.492	479	(292)	(124)	361	(73)	3.843
Máquinas e equipamentos	1.340	158	(234)	(77)	118	(43)	1.262	182	(235)	(79)	292	(114)	1.308
Instalações	433	109	(46)	(20)	5	6	487	76	(54)	(20)	27	(15)	501
Móveis e utensílios	543	55	(79)	(14)	60	(25)	540	92	(84)	(26)	116	(43)	595
Veículos	2	-	(1)	(6)	5	1	1	-	(1)	(30)	1	30	1
Imobilizações em andamento	204	596	-	(4)	(595)	(75)	126	809	-	(13)	(755)	9	176
Outros	63	41	(21)	(3)	(11)	(6)	63	39	(23)	(1)	(9)	(11)	58
Total	9.139	1.367	(694)	(536)	(12)	(161)	9.103	1.898	(746)	(420)	-	(214)	9.621
<u>Arrendamento mercantil</u>													
<u>financeiro:</u>													
Equipamentos	9	-	(2)	-	(1)	-	6	-	(2)	(1)	-	-	3
Hardware	8	-	(3)	-	-	-	5	-	(2)	-	-	-	3
Móveis e utensílios	6	-	(2)	-	-	-	4	-	(1)	-	-	-	3
Edifícios	20	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	20
	43	-	(7)	-	(1)	-	35	-	(5)	(1)	-	-	29
Total	9.182	1.367	(701)	(536)	(13)	(161)	9.138	1.898	(751)	(421)	-	(214)	9.650

(*) Vide nota explicativa nº32

(**) Das baixas, R\$137 refere-se ao sinistro do Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017, R\$123 refere-se à venda de um Centro de Distribuição e o restante refere-se substancialmente a fechamento de lojas.

(***) Do montante total das transferências, R\$(22) refere-se a reclassificação de um Terreno para disponível para venda.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado – Continuação

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.366	-	1.366	1.362	-	1.362
Edifícios	2.585	(812)	1.773	2.705	(935)	1.770
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.868	(2.025)	3.843	5.310	(1.818)	3.492
Máquinas e equipamentos	2.957	(1.649)	1.308	2.828	(1.566)	1.262
Instalações	865	(364)	501	817	(330)	487
Móveis e utensílios	1.287	(692)	595	1.209	(669)	540
Veículos	8	(7)	1	8	(7)	1
Imobilizado em andamento	176	-	176	126	-	126
Outros	198	(140)	58	183	(120)	63
	15.310	(5.689)	9.621	14.548	(5.445)	9.103
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	23	(20)	3	26	(20)	6
Hardware	45	(42)	3	46	(41)	5
Instalações	1	(1)	-	1	(1)	-
Móveis e utensílios	13	(10)	3	13	(9)	4
Edifícios	43	(23)	20	43	(23)	20
	125	(96)	29	129	(94)	35
Total	15.435	(5.785)	9.650	14.677	(5.539)	9.138

14.1 Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº21.8.

14.2 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$23 (R\$16 em 31 de dezembro de 2017). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 101,78% (101,66% em 31 de dezembro de 2017) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

14.3 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Adições (i)	536	535	1.898	1.367
Juros capitalizados	(5)	(7)	(22)	(16)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(509)	(139)	(1.482)	(553)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	542	119	1.436	604
Total	564	508	1.830	1.402

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado – Continuação

14.3 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa – Continuação

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.4 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$39 na controladora (R\$48 em 31 de dezembro de 2017) e de R\$49 no consolidado (R\$54 em 31 de dezembro de 2017), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. A análise do valor recuperável dos ativos operacionais das lojas foi efetuada com base nos critérios descritos na nota explicativa nº6.1(a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

	Controladora							
	Saldo 31.12.2016	Adições	Amorti- zação	Saldo 31.12.2017	Adições	Aquisição de sociedades (*)	Amorti- zação	Saldo 31.12.2018
Ágio - varejo	501	-	-	501	-	41	-	542
Fundo de comércio varejo (nota explicativa nº15.2)	46	-	-	46	-	-	(3)	461
Softwares e implantação	488	102	(81)	509	138	-	(84)	563
Softwares Arrendamento Financeiro	158	23	(44)	137	-	-	(40)	108
Total	1.193	125	(125)	1.193	138	41	(127)	1.674

(*) Vide nota explicativa nº13.2.1.

(**) Direito contratual de exploração das lojas do Paes Mendonça, vide nota explicativa nº9.1.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível – Continuação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - varejo	1.400	(858)	542	1.359	(858)	501
Fundo de comércio – varejo	464	(3)	461	46	-	46
Softwares e implantação	1.117	(554)	563	979	(470)	509
Softwares Arrendamento Financeiro	370	(262)	108	370	(233)	137
	3.351	(1.677)	1.674	2.754	(1.561)	1.193

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível – Continuação

	Consolidado													
	Saldo 31.12.2016	Adições	Amor- tização	Baixas	Trans- ferências	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo 31.12.2017	Adições	Aquisição de sociedades (**)	Amor- tização	Baixas	Trans- ferências (***)	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo 31.12.2018
Ágio - varejo	1.107	-	-	-	-	-	1.107	-	41	-	-	-	-	1.148
Marcas	39	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	39
Fundo de comércio (nota explicativa nº15.2)	80	6	-	-	-	-	86	24	-	(5)	-	652	-	757
Software	523	236	(86)	(9)	(9)	(104)	551	534	-	(91)	(29)	(6)	(338)	621
Softwares Arrendamento Financeiro	159	41	(46)	-	-	(13)	141	-	-	(42)	-	11	-	110
Total	1.908	283	(132)	(9)	(9)	(117)	1.924	558	41	(138)	(29)	657	(338)	2.675

(*) Vide nota explicativa nº32.

(**) Vide nota explicativa nº13.2.1.

(***) Direito contratual de exploração das lojas do Paes Mendonça, vide nota explicativa nº9.1.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível – Continuação

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - varejo	2.259	(1.111)	1.148	2.217	(1.110)	1.107
Marcas	39	-	39	39	-	39
Fundo de comércio (nota explicativa nº15.2)	762	(5)	757	86	-	86
Software	1.200	(579)	621	1.038	(487)	551
Software Arrendamento Financeiro	378	(268)	110	377	(236)	141
Total intangível	4.638	(1.963)	2.675	3.757	(1.833)	1.924

15.1 Testes de não recuperação do ágio, marcas e de intangíveis sem vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio adquirido por meio de combinações de negócios e marcas com vidas úteis indefinidas que foram alocados a duas UGCs, as quais são: varejo e atacado de autosserviços.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo com base no valor em uso de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração, para os próximos três anos. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Vide mais detalhamento na nota explicativa nº6.1(b).

15.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio com vida útil definida são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia (nota 6.1 (b)) seguindo o prazo de utilização destes ativos.

15.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Adições	139	125	558	283
Arrendamentos financeiros	-	(23)	-	(41)
Financiamento de intangíveis – Adição	-	-	(60)	-
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	-	4	38	69
Total	139	106	536	311

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores de produtos	5.745	5.564	9.662	8.554
Fornecedores de serviços	390	330	491	412
Acordos comerciais (nota explicativa nº16.2)	(531)	(517)	(907)	(838)
	<u>5.604</u>	<u>5.377</u>	<u>9.246</u>	<u>8.128</u>

16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

16.2 Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorram pelo montante líquido.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

17.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota explicativa nº17.4)	101,22% do CDI	4.146	3.015	4.146	3.015
		4.146	3.015	4.146	3.015
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	3,91% a.a	6	7	37	45
Capital de giro (nota explicativa nº 17.10)	94,94% do CDI	238	285	238	285
Capital de giro	TR + 9,80 % a.a.	17	19	112	125
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº22)		143	181	152	195
Contratos de swap (nota explicativa nº 17.7)	101,44% do CDI	(2)	(3)	(11)	(19)
Custo de captação		-	(2)	(3)	(4)
		402	487	525	627
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota explicativa nº17.5)					
Capital de giro	USD + 3,26% a.a.	189	333	843	664
Capital de giro		-	200	-	200
Contratos de swap (nota explicativa nº17.7)	102,59% do CDI	(33)	53	(76)	55
Custo de captação		-	(1)	-	(1)
		156	585	767	918
Total		4.704	4.087	5.438	4.560
Ativo circulante		-	-	43	-
Ativo não circulante		35	12	44	28
Passivo circulante		1.336	1.223	2.016	1.251
Passivo não circulante		3.403	2.876	3.509	3.337

17.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	4.087	4.560
Captações – capital de giro (nota explicativa nº 17.10)	2.903	9.139
Provisão de juros	296	619
Contratos de swap	(53)	(126)
Marcação a mercado	5	12
Variação cambial e monetária	91	184
Custo de captação	12	13
Amortizações de juros	(396)	(758)
Amortizações de principal	(2.199)	(7.980)
Amortizações de swap	(42)	(9)
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº32)	-	(216)
Em 31 de dezembro de 2018	4.704	5.438

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.2 Movimentação dos empréstimos - Continuação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	5.538	5.869
Captações – capital de giro	2.024	7.789
Captações – arrendamento	23	41
Provisão de juros	342	748
Contratos de <i>swap</i>	70	114
Marcação a mercado	17	12
Variação cambial e monetária	21	22
Custo de captação	9	9
Amortizações de juros	(648)	(1.131)
Amortizações de principal	(3.107)	(8.336)
Amortizações de <i>swap</i>	(202)	(318)
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº32)	-	(259)
Em 31 de dezembro de 2017	4.087	4.560

17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
De 1 a 2 anos	1.286	1.306
De 2 a 3 anos	1.541	1.559
De 3 a 4 anos	510	528
De 4 a 5 anos	12	24
Após 5 anos	21	52
Subtotal	3.370	3.469
Custo de captação	(2)	(4)
Total	3.368	3.465

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em Circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora e Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2018	31.12.2017
12ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	900	-	17/09/14	12/09/19	107,00% do CDI	-	-	921
13ª emissão de Debêntures – CBD e Certificados de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.012	1.012.500	20/12/16	20/12/19	97,50% do CDI	1.001	1.014	1.014
14ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	1.080	1.080.000	17/04/17	13/04/20	96,00% do CDI	1.013	1.094	1.096
15ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	800	800.000	17/01/18	15/01/21	104,75% do CDI	1.030	824	-
16ª emissão de Debêntures – CBD – 1ª série	Sem preferência	700	700.000	11/09/18	10/09/21	106,00% do CDI	1.020	714	-
16ª emissão de Debêntures – CBD – 2ª série	Sem preferência	500	500.000	11/09/18	12/09/22	107,40% do CDI	1.020	510	-
Custo de captação								(10)	(16)
Controladora / Consolidado								4.146	3.015
Passivo circulante								1.068	481
Passivo não circulante								3.078	2.534

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio - Continuação

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização dessas debêntures ocorre com um pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissão da CBD).

A 13ª e 14ª emissão têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo, a 15ª emissão a partir de 15 de dezembro de 2018 e a 16ª a partir de 10 de dezembro de 2018, ambas de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Em 17 de abril de 2017, a CBD realizou a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram colocadas de forma privada junto à Ares Serviços Imobiliários Ltda., que por sua vez, cedeu e transferiu para a Ápice Securitizadora S.A., a qual adquiriu as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio (CRA) com o propósito de vinculá-los a 7ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Os recursos se destinam exclusivamente à compra de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tais como frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e outras proteínas animais in natura diretamente dos produtores rurais e/ou cooperativas rurais.

O montante de R\$1.080 captado tem vencimento em 13 de abril de 2020, com juros de 96% do CDI pagos semestralmente.

Em 17 de janeiro de 2018, a CBD realizou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Os recursos capitados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante de R\$800 captado tem vencimento em 15 de janeiro de 2021, com juros de 104,75% do CDI que serão pagos semestralmente.

Em 11 de setembro de 2018, a CBD realizou a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries. Os recursos capitados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante total captado foi de R\$1.200, sendo 10 de setembro de 2021 o vencimento da 1ª série e 10 de setembro de 2022 o da 2ª série, com juros de 106,00% do CDI para primeira série e de 107,40% para segunda série com pagamento semestral.

17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2018, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento, sendo o último vencimento em setembro de 2020.

17.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2018 foi de 6,42% (9,93% em 31 de dezembro de 2017).

17.8 Linha de crédito

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de abertura de crédito no valor de R\$1.800. Referidos acordos foram efetuados consoante às condições praticadas pelo mercado e possuem vigências para 2020.

17.9 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e nota promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2018, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

17.10 Total Return Swap ("TRS")

A Companhia vendeu 50.000.000 de ações representativas de 3,8% de participação em Via Varejo através de um leilão na B3 no dia 27 de dezembro de 2018 pelo montante de R\$218. No dia 21 de dezembro de 2018 foi assinado um contrato com um banco prevendo a venda descrita e definindo um Total Return Swap ("TRS") sobre a mesma quantidade de ações. Apesar da titularidade das ações ter sido transferida, a Companhia tinha o risco de ajuste de valor de mercado destas ações nas vendas futuras do banco que, com base no IFRS 9/CPC 48, determina que as ações contabilmente não sejam desreconhecidas. O vencimento deste contrato se dará em 30 de abril de 2019.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – ativo	341	206	34	25
Contas a receber e outras contas a receber	627	872	695	1.133
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.935	2.868	4.369	3.792
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	35	12	87	28
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	70	336	123	474
Passivos financeiros:				
<u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo	(316)	(387)	(145)	(153)
Fornecedores	(5.604)	(5.377)	(9.246)	(8.128)
Financiamento por compra de ativo	(68)	(95)	(149)	(116)
Debêntures	(4.146)	(3.015)	(4.146)	(3.015)
Empréstimos e financiamentos	(387)	(470)	(423)	(520)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de Hedge accounting)	(206)	(552)	(956)	(989)
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	-	(62)	-	(64)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota explicativa nº18.3.

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para os contas a receber parcelados, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

(i) Risco de crédito - Continuação

- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	2.935	2.868	4.369	3.792
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	35	12	87	28
Empréstimos e financiamentos	(4.739)	(4.099)	(5.525)	(4.588)
Outros passivos de partes relacionadas (*)	(138)	(145)	(138)	(145)
Dívida Líquida	(1.907)	(1.364)	(1.207)	(913)
Patrimônio líquido	(11.083)	(10.188)	(13.939)	(13.041)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	17%	13%	9%	7%

(*) Representa o saldo a pagar a Greenyellow, referente à compra de equipamentos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

a. Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	249	220	8	477
Debêntures e nota promissória	1.283	3.461	-	4.744
Instrumentos financeiros derivativos	5	(33)	-	(28)
Arrendamento mercantil financeiro	42	123	141	306
Fornecedores	5.604	-	-	5.604
Total	7.183	3.771	149	11.103

b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	959	312	53	1.324
Debêntures e nota promissória	1.283	3.461	-	4.744
Instrumentos financeiros derivativos	(39)	(39)	(2)	(80)
Arrendamento mercantil financeiro	48	130	146	324
Fornecedores	9.246	-	-	9.246
Total	11.497	3.864	197	15.558

b. Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de referência dos contratos era R\$883 (R\$1.039 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira a assegurar que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Swap com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		883	1.039	955	989
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	TR + 9,80% a.a.	127	127	112	125
US\$ + fixa	USD + 3,26 % a.a.	756	692	843	663
EUR + fixa		-	220	-	200
		883	1.039	955	988
Posição passiva (vendida)					
	102,45% do CDI	(883)	(1.039)	(868)	(1.024)
Posição de <i>hedge</i> - ativo		-	-	87	28
Posição de <i>hedge</i> - passivo		-	-	-	(64)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	87	(36)

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$87 (a pagar de R\$36 em 31 de dezembro de 2017), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 resultaram em um ganho de R\$128 (ganho de R\$129 em 31 de dezembro de 2017).

(v) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros - Continuação

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$3,99 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 6,66% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide nota explicativa nº18.2(i).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

(i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2018	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,44% do CDI	(101)	(202)	(205)	(208)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	102,59% do CDI	(767)	(874)	(888)	(901)
Debêntures	105,85% do CDI	(2.048)	(2.230)	(2.276)	(2.321)
Debêntures (1ª Emissão CRA)	97,50% do CDI	(1.014)	(1.104)	(1.126)	(1.149)
Debêntures (2ª Emissão CRA)	96,00% do CDI	(1.094)	(1.191)	(1.216)	(1.240)
Empréstimos bancários - CBD	94,94% do CDI	(238)	(257)	(262)	(266)
Arrendamento mercantil	100,19% do CDI	(42)	(45)	(46)	(47)
Arrendamento mercantil	100,00% do CDI	(2)	(2)	(2)	(2)
Arrendamento mercantil	95,00% do CDI	(69)	(75)	(76)	(78)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(5.375)	(5.980)	(6.097)	(6.212)
Equivalentes de caixa (*)	85,78% do CDI	3.883	4.162	4.231	4.301
Exposição líquida:		(1.492)	(1.818)	(1.866)	(1.911)
Efeito líquido - perda:			(326)	(374)	(419)

(*) média ponderada

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		Nível
	Valor contábil	Valor justo	
	31.12.2018	31.12.2018	
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	123	123	2
Swaps de taxa de juros entre moedas	76	76	2
Swaps de taxa de juros	11	11	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(956)	(956)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(4.569)	(4.509)	2
Total	(5.315)	(5.255)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Swaps cambiais registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (US\$ X CDI):								
	Agricole	EUR 50	07/10/2015	08/10/2018	-	(24)	-	(20)
	Scotiabank	US\$ 50	15/01/2016	16/01/2018	-	(42)	-	(42)
	Scotiabank	US\$ 50	29/09/2017	29/09/2020	37	9	33	9
	Banco Tokyo	US\$ 100	12/12/2017	12/12/2019	52	(3)	42	(2)
	Bradesco	US\$ 70	18/06/2018	13/06/2019	3	-	1	-
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI):								
	Itaú BBA	R\$ 21	11/11/2014	05/11/2026	1	1	2	3
	Itaú BBA	R\$ 54	14/01/2015	05/01/2027	3	3	5	8
	Itaú BBA	R\$ 52	26/05/2015	05/05/2027	2	2	4	8
					98	(54)	87	(36)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	432	511	432	511
Impostos parcelados – PERT (i)	169	174	169	176
ICMS	62	42	88	65
PIS e COFINS	4	49	8	52
Provisão para imposto de renda e contribuição social	26	-	115	38
Imposto de renda retido na fonte	1	12	2	13
INSS	1	2	4	4
Outros	12	4	23	8
	707	794	841	867
Circulante	236	228	370	301
Não circulante	471	566	471	566

- (i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (Nota explicativa nº21.1). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.
- (ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	101
De 2 a 3 anos	102
De 3 a 4 anos	84
De 4 a 5 anos	78
Após 5 anos	106
	471

Os efeitos líquidos no resultado das atividades continuadas relacionados a decisão de adesão ao PERT resultaram numa despesa de R\$183 em 2017.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Lucro antes do IR e CSLL	1.196	669	1.703	752
Despesa de IR e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(299)	(167)	(568)	(267)
Multas fiscais	(20)	(24)	(22)	(25)
Equivalência patrimonial	266	148	15	(9)
Juros sobre capital próprio (*)	59	(4)	93	16
Benefícios fiscais	15	-	15	-
Outras diferenças permanentes	5	(10)	18	(12)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	26	(57)	(449)	(297)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	(36)	(10)	(347)	(171)
Diferidos	62	(47)	(102)	(126)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	26	(57)	(449)	(297)
Taxa efetiva	(2,17%)	8,52%	26,37%	39,49%

A CBD não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota é 25%.

(*) Efeito de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio.

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
	Reapresentado					
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	167	-	167	178	-	178
Provisão para demandas judiciais	230	-	230	204	-	204
Amortização fiscal de ágio	-	(56)	(56)	-	(54)	(54)
Ajuste a marcação a mercado	2	-	2	-	(1)	(1)
Inovação tecnológica realização futura	-	(10)	(10)	-	(13)	(13)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(125)	(125)	-	(111)	(111)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(88)	(88)	-	(185)	(185)
Outras	60	(8)	52	95	(1)	94
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	459	(287)	172	477	(365)	112
Compensação	(287)	287	-	(365)	365	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	172	-	172	112	-	112

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

20.2 Composição de imposto de renda e a contribuição social diferidos - Continuação

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
	Reapresentado					
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	198	-	198	200	-	200
Provisão para demandas judiciais	292	-	292	289	-	289
Amortização fiscal de ágio	-	(601)	(601)	-	(585)	(585)
Ajuste a marcação a mercado	-	(1)	(1)	-	(7)	(7)
Inovação tecnológica realização futura	-	(10)	(10)	-	(13)	(13)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(128)	(128)	-	(112)	(112)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(222)	(222)	-	(185)	(185)
Outras	112	(14)	98	149	(5)	144
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	602	(976)	(374)	638	(907)	(269)
Compensação	(395)	395	-	(513)	513	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	207	(581)	(374)	125	(394)	(269)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	29	80
De 1 a 2 anos	44	83
De 2 a 3 anos	106	133
De 3 a 4 anos	160	187
De 4 a 5 anos	120	119
	459	602

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

20.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
No início do exercício	108	155	(273)	(147)
Ajuste relacionado ao IFRS 9	4	3	4	3
Saldo inicial reapresentado	112	158	(269)	(144)
Crédito (despesa) no exercício – Operações continuadas	62	(47)	(102)	(126)
Despesas no exercício – Operações descontinuadas	-	-	25	161
IR sobre outros resultados abrangentes - Operações continuadas	(2)	1	(1)	1
IR sobre outros resultados abrangentes - Operações descontinuadas	-	-	3	1
Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – Operações descontinuadas – uso de prejuízos fiscais	-	-	(2)	(89)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32)	-	-	(28)	(73)
No final do exercício	172	112	(374)	(269)

21. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

21.1 Controladora

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	73	363	274	81	21	812
Adições	83	255	92	58	29	517
Pagamentos	-	(2)	(73)	(23)	(19)	(117)
Reversões	(64)	(32)	(94)	(66)	(20)	(276)
Atualização monetária	(8)	11	32	12	4	51
Saldo em 31 de dezembro de 2018	84	595	231	62	15	987

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	109	428	254	80	20	891
Adições	33	70	141	35	23	302
Pagamentos	-	(2)	(40)	(16)	(11)	(69)
Reversões	(53)	(61)	(116)	(30)	(15)	(275)
Transferência para impostos parcelados	-	(89)	-	-	-	(89)
Atualização monetária	(16)	17	35	12	4	52
Saldo em 31 de dezembro de 2017	73	363	274	81	21	812

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais - Continuação

21.2 Consolidado

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	74	563	331	105	34	1.107
Adições	119	268	998	316	46	1.747
Pagamentos	-	(2)	(812)	(183)	(24)	(1.021)
Reversões	(65)	(93)	(597)	(229)	(33)	(1.017)
Atualização monetária	(4)	8	118	32	5	159
Passivos relacionados a ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32)	(38)	(2)	253	48	(1)	260
Saldo em 31 de dezembro de 2018	86	742	291	89	27	1.235

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	148	586	302	109	32	1.177
Adições	162	125	856	241	44	1.428
Pagamentos	-	(37)	(301)	(94)	(15)	(447)
Reversões	(114)	(102)	(328)	(178)	(31)	(753)
Transferência para impostos parcelados	(42)	(89)	-	-	-	(131)
Atualização monetária	(26)	38	116	34	5	167
Passivos relacionados a ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32)	(54)	42	(314)	(7)	(1)	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	74	563	331	105	34	1.107

21.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.3 Tributárias – Continuação

21.3.1 PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da Cofins, em linha com a tese pleiteada pela Companhia. Em 2017, a Companhia reverteu provisão de R\$117 com base nesta decisão e nas opiniões legais dos seus assessores jurídicos.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração, todavia sem que houvesse a decisão final sobre o recurso interposto pela procuradoria. A Companhia e seus assessores estimam que a decisão sobre este recurso não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados desde o ingresso da ação em 2003. A Companhia estima o valor potencial dos créditos para o Varejo no valor de R\$1.400.

Ainda em relação ao tema, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Via Varejo S.A., os créditos desta controlada, classificada como operações descontinuadas, foram estimados em aproximadamente R\$1.106, sendo R\$653 relacionado com operação descontinuada e R\$453 atribuído às operações continuadas em virtude de acordo entre acionistas e a Companhia.

Em relação ao valor provisionado correspondente a outros assuntos tais como discussões relativas à PIS e COFINS, não homologação de compensações, incluindo valores de menor expressão, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$234, sendo R\$86 de operação continuada e R\$148 de operação descontinuada (R\$184 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$74 de operação continuada e R\$110 de operação descontinuada).

21.3.2 Fiscais

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) crédito indevido (iv) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal (v) outros assuntos de menor expressão. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 para esses assuntos é R\$341 sendo R\$340 de operação continuada e R\$1 de operação descontinuada (R\$184 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$183 de operação continuada e R\$1 de operação descontinuada).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

21.3 Tributárias – Continuação

21.3.2 Fiscais – Continuação

ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal (“STF”), em 16 de outubro de 2014, foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$92 em 31 de dezembro de 2018 (R\$142 em 31 de dezembro de 2017), por considerar esta demanda como perda “provável”. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda.

Adicionalmente, existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2018, a Companhia mantém provisão de R\$221 (R\$167 em 31 de dezembro de 2017), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

21.3.3 Lei complementar nº110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$89 sendo R\$88 de operação continuada e R\$1 de operação descontinuada (R\$72 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$71 de operação continuada e R\$ 1 de operação descontinuada).

21.3.4 Outros passivos contingentes de natureza fiscal – Via Varejo

Foram constituídas provisões tributárias de passivos contingentes, na ocasião da combinação de negócios com a Via Varejo, de acordo com o requerido no CPC 15(R1)/(IFRS 3). Em 31 de dezembro de 2018 o montante registrado é de R\$92 (R\$90 em 31 de dezembro de 2017). Esses casos provisionados referem-se a processos administrativos relativos às compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

21.4 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$991, sendo R\$291 de operação continuada e R\$700 de operação descontinuada (R\$1.284 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$331 de operação continuada e R\$953 de operação descontinuada). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.5 Cíveis e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o montante da provisão para essas ações é de R\$94, sendo R\$49 de operação continuada e R\$45 de operação descontinuada (R\$125 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$61 de operação continuada e R\$64 de operação descontinuada), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2018, o montante da provisão para essas ações é de R\$37, sendo R\$27 de operação continuada e R\$10 de operação descontinuada (R\$43 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$34 de operação continuada e R\$9 de operação descontinuada).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2018 é de R\$113 sendo R\$40 de operação continuada e R\$73 de operação descontinuada (R\$146 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$44 de operação continuada e R\$102 de operação descontinuada).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2018 é de R\$244, sendo R\$116 de operação continuada e R\$128 de operação descontinuada (R\$314 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$139 de operação continuada e R\$175 de operação descontinuada).

21.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$12.292, sendo R\$10.671 de operação continuada e R\$1.621 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2018 (R\$11.778 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$10.159 de operação continuada e R\$1.619 de operação descontinuada), e são relacionadas principalmente a:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.6 Passivos contingentes não provisionados - Continuação

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$453, sendo R\$420 de operação continuada e R\$33 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2018 (R\$474 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$443 de operação continuada e R\$31 de operação descontinuada). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Dentre estes, há a autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio (ágio Mandala) ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$89 de IRPJ e CSLL (R\$85 em 31 de dezembro de 2017). Os processos aguardam julgamento administrativo e judicial. O montante envolvido equivale a R\$1.177, sendo R\$1.021 de operação continuada e R\$156 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2018 (R\$964 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$826 de operação continuada e R\$138 de operação descontinuada).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS de produtos preponderantemente monofásico, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.430, sendo R\$1.985 de operação continuada e R\$445 de operação descontinuada de 31 de dezembro de 2018 (R\$2.124 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$1.705 de operação continuada e R\$419 de operação descontinuada).
- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$7.357, sendo R\$6.582 de operação continuada e R\$775 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.246 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$6.493 de operação continuada e R\$753 de operação descontinuada), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Com a alteração do Regulamento de ICMS do Estado de São Paulo, a Companhia protocolou o pedido de revisão de débito, em face das autuações onde houve alterações de critério, o que foi deferido pela SEFAZ, resultando em uma redução de R\$ 431 através do pagamento de R\$5, que ocorreu em abril e maio de 2018.
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$290, sendo R\$150 de operação continuada e R\$140 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2018 (R\$281 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$150 de operação continuada e R\$131 de operação descontinuada) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.6 Passivos contingentes não provisionados - Continuação

• Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$585, sendo R\$513 de operação continuada e R\$72 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2018 (R\$689 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$542 de operação continuada e R\$147 de operação descontinuada).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.317 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.223 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito nos desfechos judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2018 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$209, sendo R\$186 de operação continuada e R\$23 de operação descontinuada (R\$201, sendo R\$182 de operação continuada e R\$19 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017).

21.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Tributárias	168	138	237	204
Trabalhistas	417	423	463	474
Cíveis e outras	24	33	34	42
Regulatórias	15	15	42	42
Total	624	609	776	762

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.8 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Tributárias	838	858	9.033	7.324	9.871	8.182
Trabalhistas	3	3	190	91	193	94
Cíveis e outras	9	-	252	125	261	125
Regulatórias	3	6	181	154	184	160
Total	853	867	9.656	7.694	10.509	8.561

O custo das garantias é aproximadamente 0,67% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

21.9 Ação Minoritários Cnova N.V.

A associada Cnova N.V., alguns de seus antigos e atuais diretores, e os subscritores da oferta pública inicial da Cnova N.V. - IPO, foram nomeados como réus em uma ação na Corte do Distrito Sul de Nova Iorque – Estados Unidos, em relação ao assunto de investigação interna, concluída em 22 de julho de 2016, conduzida pela Cnova N.V., Cnova Brasil e seus assessores. Em 11 de outubro de 2017, a Corte do Distrito Sul de Nova Iorque – Estados Unidos aprovou preliminarmente um acordo com os acionistas litigantes.

Ainda sujeito aos termos do acordo, um fundo de US\$28,5 milhões será disponibilizado por Cnova N.V. para distribuição entre os antigos acionistas de Cnova, bem como os advogados litigantes. Uma parte deste valor será usada para custos administrativos. Adicionalmente, ainda sujeito aos termos do acordo, não recaiu sobre os réus dívidas que emanaram das alegações na ação coletiva. Após a audiência de 15 de março de 2018, o tribunal deliberou em 19 de março de 2018 a ordem final dando a aprovação definitiva para o acordo, encerrando o processo judicial na corte do Distrito Sul de Nova Iorque – Estados Unidos e liberando os réus das alegações efetuadas contra eles. Nos próximos meses, notificações serão enviadas pelos advogados dos litigantes com informações sobre o acordo. A maior parte desse valor foi reembolsado pelas seguradoras da Cnova N.V. O valor restante, bem como todos os custos relacionados, foram cobertos pela provisão contabilizada em 2016 pela Cnova, que representa a franquia do seguro e os custos legais esperados. Consequentemente, a liquidação não tem impacto material nos resultados da Cnova N.V.

Em relação à investigação da SEC, em 14 de dezembro de 2018, a Cnova N.V. recebeu notificação por escrito da SEC informando sobre o encerramento da investigação relacionada à gestão de estoques e questões contábeis na antiga subsidiária Cnova Brasil, conforme relatado pela primeira vez em dezembro de 2015, e não será iniciada qualquer ação de execução contra a Cnova. Portanto, nenhuma penalidade, multa ou outra sanção será aplicada nesta questão.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Operações de arrendamento mercantil

22.1 Arrendamento operacional

(i) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência. Na ocorrência de cancelamento do contrato serão devidos pagamentos mínimos de rescisão, os quais podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal sobre o valor total do aluguel remanescente até o final do contrato, como está demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Pagamentos mínimos na rescisão	367	356	411	392
Total	367	356	411	392

(ii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas (receitas) do exercício:				
Pagamentos não contingentes e contingentes	762	743	982	937
Subarrendamentos (*)	(177)	(166)	(191)	(174)

(*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

22.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$152 em 31 de dezembro de 2018 (R\$195 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	30	46	35	51
De 1 a 5 anos	90	110	92	117
Mais de 5 anos	23	25	25	27
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	143	181	152	195
Encargos futuros de financiamento	163	175	172	185
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	306	356	324	380

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas a apropriar

A Companhia recebeu valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Sendas recebeu valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*), para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Compromisso de venda futura de imóveis	16	-	16	-
Garantias complementares ou estendidas	19	27	19	27
Contrato de permuta	-	-	-	14
Contrato de prestação de serviço – Allpark	11	13	11	13
Receita com operadoras de cartão de crédito	44	-	44	-
<i>Back lights</i>	-	-	134	104
Outros	9	10	39	10
	99	50	263	168
Circulante	89	28	250	146
Não circulante	10	22	13	22

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2018, é representado por 266.845 (266.579 em 31 de dezembro de 2017) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias (99.680 em 31 de dezembro de 2017) e 167.165 em milhares de ações preferenciais (166.899 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de fevereiro de 2018, 26 de abril de 2018, 24 de julho de 2018, 29 de novembro de 2018 e 10 de dezembro de 2018, foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$3 (R\$11 em 31 de dezembro de 2017) mediante a emissão de 265 mil de ações preferenciais (487 mil de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 o capital social é de R\$ 6.825 (R\$ 6.822 em 31 de dezembro de 2017).

24.2 Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo, para fins de cálculo do respectivo valor, o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido - Continuação

24.2 Direitos das ações - Continuação

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanece registrada como ações em tesouraria, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

24.3 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

24.4 Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Em 9 de maio de 2014, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (i) a descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações “Ações com Açúcar”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, para novas outorgas de opções, sem prejuízo das opções já outorgadas que permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições; (ii) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de opção”); e (iii) a criação do Plano de remuneração em opção de compra de ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de remuneração” e, em conjunto com o Plano de opção antigo e o Plano de opção, os “Planos”).

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B3, B4 e B5 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C3, C4 e C5 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício		Lote de opções				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Expiradas	
Saldo em 31 de dezembro de 2018										
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(272)	(38)	(27)	-
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	(3)	(125)	(209)	-
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	0,01	0,01	823	(281)	(75)	-	467
Série C3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	37,21	37,21	823	(274)	(108)	-	441
Série B4	31/05/2017	31/05/2020	30/11/2020	0,01	0,01	537	(159)	(43)	-	335
Série C4	31/05/2017	31/05/2020	30/11/2020	56,78	56,78	537	(157)	(44)	-	336
Série B3 - Tranche2	27/04/2018	30/05/2019	30/11/2019	0,01	0,01	95	-	-	-	95
Série C3 - Tranche2	27/04/2018	30/05/2019	30/11/2019	56,83	56,83	95	-	-	-	95
Série B5	31/05/2018	31/05/2021	30/11/2021	0,01	0,01	499	(1)	(5)	-	493
Série B5	31/05/2018	30/06/2018	30/06/2018	0,01	0,01	95	(95)	-	-	-
Série C5	31/05/2018	31/05/2021	30/11/2021	62,61	62,61	499	(1)	(5)	-	493
Série C5	31/05/2018	30/06/2018	30/06/2018	62,61	62,61	95	(95)	-	-	-
						4.772	(1.338)	(443)	(236)	2.755

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício		Lote de opções				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Expiradas	
Saldo em 31 de dezembro de 2017										
Série B1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(166)	(73)	-	-
Série C1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(12)	(108)	(119)	-
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(119)	(37)	-	181
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	-	(71)	-	266
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	0,01	0,01	823	(246)	(41)	-	536
Série C3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	37,21	37,21	823	(130)	(42)	-	651
Série B4	31/05/2017	31/05/2020	30/11/2020	0,01	0,01	537	(146)	(11)	-	380
Série C4	31/05/2017	31/05/2020	30/11/2020	56,78	56,78	537	(1)	(11)	-	525
						3.872	(820)	(394)	(119)	2.539

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA

A Companhia instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais em 2018, sendo séries B5 e C5.

Conforme os termos dos planos das séries, inclusive séries B5 e C5, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, inclusive séries B5 e C5, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia. Para este plano foram outorgados 1.188 mil opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2018, havia 233 mil ações preferenciais em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$80,98 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2018 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Quantidade de ações total	266.845	266.579
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.755	2.539
Percentual máximo de diluição	1,03%	0,95%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B1 e C1: (a) expectativa de dividendos de 0,96%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 22,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,70%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B2 e C2: (a) expectativa de dividendos de 1,37%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 24,34% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 12,72%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B3 e C3: (a) expectativa de dividendos de 2,50%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 30,20% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 13,25%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B4 e C4: (a) expectativa de dividendos de 0,57%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 35,19% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,28% e 10,07%; período de vesting de 18 a 36 meses.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA – Continuação.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2018 é de 1,25 (1,53 anos em 31 de dezembro de 2017). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$45,24 (R\$39,07 em 31 de dezembro de 2017).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	
Em 31 de dezembro de 2017			
Outorgadas durante o exercício	1.073	28,40	
Canceladas durante o exercício	(110)	40,56	
Exercidas durante o exercício	(699)	22,14	
Expiradas durante o exercício	(119)	83,22	
Em aberto no fim do exercício	2.539	29,48	1,53
Total a exercer em 31 de dezembro de 2017	2.539	29,48	1,53
Em 31 de dezembro de 2018			
Outorgadas durante o exercício	1.378	30,91	
Canceladas durante o exercício	(229)	38,64	
Exercidas durante o exercício	(697)	31,96	
Expiradas durante o exercício	(236)	68,62	
Em aberto no fim do exercício	2.755	26,03	1,37
Total a exercer em 31 de dezembro de 2018	2.755	26,03	1,37

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$20 (R\$16 em 31 de dezembro de 2017).

24.6 Variação cambial de investimento no exterior

Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V. O efeito na controladora foi de R\$24 (R\$20 em 31 de dezembro de 2017).

24.7 Reserva de incentivos fiscais

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017. Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.8 Dividendos

Em 2018 o Conselho de Administração da Companhia aprovou antecipações de distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$261, conforme detalhado abaixo:

Em 26 de abril de 2018 foi aprovado o valor de R\$ 75 sendo R\$0,2910893309 por ação preferencial e R\$0,2646266644 por ação ordinária, pagos em 12 de junho de 2018.

Em 27 de setembro de 2018 foi aprovado o valor de R\$ 115 sendo R\$0,446593630 por ação preferencial e R\$0,405994209 por ação ordinária, pagos em 29 de novembro de 2018.

Em 29 de novembro de 2018 foi aprovado o valor de R\$ 71 sendo R\$0,277404648 por ação preferencial e R\$0,252186044 por ação ordinária, pagos em 14 de dezembro de 2018.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor líquido de R\$69, realizada no exercício de 2018.

	Dividendos propostos	
	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	1.193	580
Reserva legal	(60)	(31)
Reserva de incentivos fiscais	(10)	-
Base de cálculo dos dividendos	1.123	549
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	281	137
Dividendos adicionais	-	10
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	(225)	(69)
Dividendos mínimos obrigatórios	56	78

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	28.416	28.286	53.643	48.597
Prestação de serviços	413	359	456	365
Devoluções e cancelamento de vendas	(435)	(481)	(484)	(523)
	28.394	28.164	53.615	48.439
Impostos	(2.197)	(2.174)	(4.227)	(3.805)
Receita líquida	26.197	25.990	49.388	44.634

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Custo com estoques	(17.548)	(16.703)	(36.239)	(32.140)
Despesas com pessoal	(3.429)	(3.541)	(4.846)	(4.691)
Serviços de terceiros	(484)	(532)	(636)	(648)
Despesas funcionais	(1.766)	(1.891)	(2.380)	(2.376)
Despesas comerciais	(999)	(947)	(1.334)	(1.226)
Outras despesas	(606)	(530)	(753)	(624)
	(24.832)	(24.144)	(46.188)	(41.705)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(18.854)	(18.016)	(37.834)	(33.646)
Despesas com vendas	(5.213)	(5.336)	(7.297)	(7.027)
Despesas gerais e administrativas	(765)	(792)	(1.057)	(1.032)
	(24.832)	(24.144)	(46.188)	(41.705)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Parcelamento de impostos e contingências tributárias	(217)	(191)	(181)	(217)
Gastos com integração e reestruturação	(138)	(119)	(147)	(107)
Resultado com ativo imobilizado (a)	170	(187)	112	(247)
Outros	-	(10)	-	(8)
Total	(185)	(507)	(216)	(579)

(a) Valor composto principalmente pela venda de três imóveis no valor de R\$418, ao custo de R\$222. O saldo remanescente é composto por baixas no curso normal da operação.

28. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(345)	(467)	(390)	(498)
Custo com antecipação de recebíveis	(114)	(107)	(155)	(144)
Atualizações monetárias passivas	(88)	(123)	(78)	(131)
Outras despesas financeiras	(58)	(115)	(82)	(138)
Total de despesas financeiras	(605)	(812)	(705)	(911)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	22	30	26	38
Atualizações monetárias ativas	132	114	194	137
Outras receitas financeiras	8	8	11	6
Total de receitas financeiras	162	152	231	181
Total	(443)	(660)	(474)	(730)

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota explicativa nº18.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. Continuadas	813	441	1.254	294	161	455
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(38)	(23)	(61)	81	44	125
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	775	418	1.193	375	205	580
Denominador básico (milhões de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	167	100	267	166	100	266
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	4,86842	4,42584		1,77904	1,61730	
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	(0,22714)	(0,22714)		0,47908	0,43554	
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - total	4,64129	4,19870		2,25812	2,05284	
Numerador diluído						
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. continuadas	813	441	1.254	294	161	455
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(38)	(23)	(61)	81	44	125
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	775	418	1.193	375	205	580
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	167	100	267	166	100	266
Opções de compra de ações	1	-	1	1	-	1
Média ponderada diluída das ações (milhões)	168	100	268	167	100	267
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	4,83520	4,42584		1,76950	1,61730	
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	(0,22559)	(0,22714)		0,47650	0,43554	
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - total	4,60961	4,19870		2,24600	2,05284	

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”/ “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls & Properties”.
- Atacado de autosserviços - inclui a bandeira “ASSAÍ”.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 22 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

Os segmentos eletroeletrônico e comércio eletrônico foram reclassificados para Operações Descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (vide nota explicativa nº32) e mantidos nesta nota explicativa para fins de reconciliação com as informações contábeis consolidadas.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações sobre os segmentos – Continuação

Descrição	Varejo (*)		Atacado de autosserviços		Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (**)		Subtotal		Eliminação/ Outros (***)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Receita líquida de vendas	26.489	26.194	22.899	18.440	-	-	49.388	44.634	-	-	49.388	44.634
Lucro bruto	7.389	8.036	4.165	2.952	-	-	11.554	10.988	-	-	11.554	10.988
Depreciação e amortização	(608)	(604)	(232)	(175)	-	-	(840)	(779)	-	-	(840)	(779)
Equivalência patrimonial	79	48	-	-	-	-	79	48	(46)	(137)	33	(89)
Lucro operacional	656	797	1.567	822	-	-	2.223	1.619	(46)	(137)	2.177	1.482
Resultado financeiro líquido	(428)	(682)	(46)	(48)	-	-	(474)	(730)	-	-	(474)	(730)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	228	115	1.521	774	-	-	1.749	889	(46)	(137)	1.703	752
IR e CSLL	18	(63)	(467)	(234)	-	-	(449)	(297)	-	-	(449)	(297)
Prejuízo (lucro) de op. continuadas	246	52	1.054	540	-	-	1.300	592	(46)	(137)	1.254	455
Prejuízo (lucro) de op. descontinuadas	(28)	(33)	-	-	(46)	389	(74)	356	-	-	(74)	356
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	218	19	1.054	540	(46)	389	1.226	948	(46)	(137)	1.180	811
Ativo circulante	7.680	7.187	4.218	3.090	24.557	22.996	36.455	33.273	(151)	(257)	36.304	33.016
Ativo não circulante	11.532	11.150	5.029	3.569	-	-	16.561	14.719	(16)	(28)	16.545	14.691
Passivo circulante	8.245	7.966	5.248	3.414	19.459	17.897	32.952	29.277	(167)	(285)	32.785	28.992
Passivo não circulante	5.716	4.973	409	701	-	-	6.125	5.674	-	-	6.125	5.674
Patrimônio líquido	5.251	5.398	3.590	2.544	5.098	5.099	13.939	13.041	-	-	13.939	13.041

(*) O segmento do varejo inclui GPA Malls & Properties.

(**) Vide nota explicativa nº32

(***) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias. Na visão dos Administradores, as eliminações do resultado são efetuadas dentro do próprio segmento, além da equivalência da Companhia sobre Luxco.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações sobre os segmentos – Continuação

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	31.12.2018	31.12.2017
Extra / Compre Bem	15.792	16.110
Assaí	22.899	18.440
Pão de Açúcar	6.860	6.659
Proximidade	1.182	1.085
Outros negócios	2.655	2.340
Total de vendas líquidas	49.388	44.634

31. Transações não caixa

Durante 2018 e 2017 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e portanto não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota explicativa nº14.3;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota explicativa nº15.3;
- Provisionamento do imposto de renda diferido na nota explicativa nº20;
- Provisionamento de novas demandas judiciais na nota explicativa nº21;
- Aumento de capital em Sendas e Comprebem com imobilizado na nota explicativa nº13;
- Reconhecimento de créditos tributários de ICMS, conforme nota explicativa nº 11.

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas

Composição:

Ativos líquidos Via Varejo (vide nota explicativa nº 32.1)	24.413
Imóveis/terrenos da controladora disponíveis para venda	30
Total	24.443

A Companhia celebrou um contrato de compra e venda de um terreno em 29 de setembro de 2018 pelo montante de R\$115, cuja venda não foi reconhecida nos termos do IFRS 15 devido às características contratuais de pagamento de longo prazo e transferência de título legal em data futura a ser definida pelo comprador.

32.1 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Ao longo de 2018 a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se completou até 31 de dezembro de 2018 por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais.

Em novembro de 2018, foi concluído o processo de migração da listagem das ações da Via Varejo para o segmento Novo Mercado da B3.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.1 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Dentro deste novo contexto, na mesma reunião o Conselho de Administração, autorizou a alienação de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo, correspondente a 3,86% do seu capital social, por meio de uma transação de TRS (Total Return Swap) com instituição financeira de primeira linha (nota 17.10), por meio da qual tais ações foram vendidas em operações diárias conduzidas pelo banco. A operação não implica na alteração da composição do controle ou na estrutura administrativa da Via Varejo. O vencimento deste contrato se dará em 30 de abril de 2019.

Desta forma, como é altamente provável a alienação do investimento da Companhia na Via Varejo em 2019, as operações da subsidiária são apresentadas como operações descontinuadas, conforme requerido no CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5). A divulgação do resultado líquido da Via Varejo é incluída em uma única linha na demonstração do resultado após os impostos e os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2018 e 2017 também incluem as operações descontinuadas em uma única linha, para o fluxo de caixa não há qualquer efeito da aplicação do IFRS 5 sendo divulgado nesta nota explicativa o efeito das operações descontinuadas. Os ativos e passivos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2018 eram de R\$24.443 (R\$22.775 em 31 de dezembro de 2017) e R\$19.412 (R\$17.824 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. O efeito do resultado com operações descontinuadas foi de um prejuízo de R\$74 em 31 de dezembro 2018 (lucro de R\$356 em 31 de dezembro 2017).

A Via Varejo, possui ações negociadas na B3, sob o código “VVAR3”, cujas demonstrações financeiras individuais e consolidadas podem ser encontradas no site de relações com investidores (www.ri.viavarejo.com.br). Seguem abaixo as demonstrações consolidadas de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Via Varejo antes das eliminações, incluindo efeitos da alocação do preço de compra nas aquisições de Globex e Casa Bahia:

Balanço Patrimonial (*):

	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresentado
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.711	3.559
Contas a receber (i)	3.768	3.750
Estoques	4.773	4.379
Tributos a recuperar	1.060	219
Outros créditos	100	168
Total do ativo circulante	13.412	12.075
Não Circulante		
Contas a receber	217	201
Tributos a recuperar	2.519	2.725
Outras contas a receber	984	962
Imposto de renda e contribuição social diferidos	445	415
Partes relacionadas	322	539
Investimento em controladas e associadas	108	81
Imobilizado	1.925	1.711
Intangível	4.625	4.287
Total do ativo não circulante	11.145	10.921
Total do ativo	24.557	22.996

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.1 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Balanço Patrimonial (*):

Passivo	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		
Fornecedores	8.652	7.726
Fornecedores convênio	421	437
Empréstimos e financiamentos (i)	3.378	3.802
Partes relacionadas	187	139
Outras contas a pagar (ii)	2.248	2.176
Total do passivo circulante	14.886	14.280
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (i)	1.020	397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	840	840
Outras contas a pagar (ii)	2.713	2.380
Total do passivo não circulante	4.573	3.617
Patrimônio Líquido	5.098	5.099
Total do passivo e patrimônio líquido	24.557	22.996

(*) Antes das eliminações do saldo de partes relacionadas com GPA no valor de R\$144 no ativo e R\$47 no passivo. Do total do saldo de mantido para venda do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, R\$30 refere-se à reclassificação de um terreno da CBD para disponível para venda.

(i) Inclui saldo de financiamento por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) cujo valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.297 no ativo (R\$2.382 em 31 de dezembro de 2017) e R\$3.400 no passivo (R\$3.466 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Inclui saldo de R\$2.006 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.374 em 31 de dezembro de 2017) de receita antecipada referente a adiantamento recebido da Zurich Seguros (garantia estendida e seguros) e do Bradesco (operação de cartões e correspondente bancário).

	Nota	2018	2017
Efeitos na controladora			
Reclassificação de investimento para mantido para venda	13.1	1.805	1.808
Reclassificação de ágio para mantido para venda	15	179	179
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas		1.984	1.987

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.1 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Demonstração do Resultado (*)	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresentado
Receita de venda de bens e serviços	26.928	25.690
Custo das mercadorias vendidas	(18.963)	(17.343)
Lucro bruto	7.965	8.347
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.768)	(6.810)
Resultado de equivalência patrimonial	40	20
Outras despesas operacionais, líquidas	(550)	(218)
	(7.278)	(7.008)
Lucro antes do resultado financeiro	687	1.339
Resultado financeiro líquido	(743)	(770)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(56)	569
Imposto de renda e contribuição social	34	(164)
Lucro do exercício	(22)	405
Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	(9)	175
Participação dos acionistas não controladores	(13)	230

(*) Antes das eliminações de saldos de partes relacionadas com GPA:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Receita líquida de vendas	(43)	(36)
Custo das mercadorias vendidas	(9)	(8)
Despesas com Vendas	1	-
Despesas gerais e administrativas	3	(1)
Resultado financeiro	17	21
Imposto de renda e contribuição social	8	6
Total	(23)	(18)

Adicionalmente, foi efetuada uma reclassificação de custos incorridos na Controladora basicamente relacionada a custos indenizatórios de contingências oriundas de períodos anteriores à aquisição, pagos a Via Varejo. Nos termos do IFRS 5, tais custos foram reclassificados para atividades descontinuadas no montante de R\$(29) em 31 de dezembro de 2018 (R\$(32) em 31 de dezembro de 2017).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.1 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Fluxo de Caixa:	31.12.2018	31.12.2017
Caixa gerado pelas atividades operacionais	841	70
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(590)	(333)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(99)	(208)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	152	(471)

32.2 Valor justo Via Varejo

Ainda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) o investimento da Via Varejo deve ser reconhecido considerando o menor entre o valor contábil dos ativos líquidos e o valor de justo menos custo da venda.

A Companhia determinou que o valor justo menos custo da venda da Via Varejo é superior ao valor contábil dos ativos líquidos mantidos para venda, considerando a cotação média recente da ação da Via Varejo na data e subsequente à data das demonstrações financeiras.

33. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2018, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	15.361	15.546
Lucro	Lucros cessantes	5.850	8.930
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	281	291

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$100, responsabilidade civil administradores no valor de R\$134, coberturas de risco de proteção e fraudes (Crime) no valor de R\$33 e risco de proteção de danos e responsabilidade cibernética (Cyber) no valor de R\$41. Totalizando o valor de cobertura R\$308.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

34. Eventos subsequentes

34.1 Emissão de nota promissória

Em 17 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão de notas promissórias comerciais em série única. Em 10 de janeiro foram emitidas 800 notas promissórias com valor unitário de R\$1, no valor total de R\$800. As notas promissórias terão prazo de vencimento em 9 de janeiro de 2022, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Eventos subsequentes - Continuação

34.2 Contrato de empréstimos em moeda estrangeira

Em 3 de janeiro de 2019 Sendas firmou contrato de empréstimos em moeda estrangeira com o banco Scotiabank no valor de US\$50, que corresponde a R\$197. O contrato tem vencimento em 27 de dezembro de 2019 e pagamento semestral dos juros. Na mesma data Sendas assinou contrato de swap, com a mesma instituição financeira, trocando o risco cambial por percentual do CDI.

34.3 TRS (Total Return Swap)

O Conselho de Administração aprovou no dia 20 de fevereiro de 2019 a celebração de novo contrato de Total Return Swap ("TRS"), autorizando a alienação de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias da Via Varejo detidas pela Companhia, correspondentes a 3,09% do capital social da Via Varejo.